

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, reuniu em assembleia o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, sob a presidência do docente Albano Pinto Dinis, com a presença dos seus elementos, com exceção dos conselheiros Luísa Correia, Fátima Figueiredo que, amavelmente o justificaram e os representantes da autarquia, conselheiros Graça Silva, Nuno Ribeiro e José Francisco Rolo, bem como o conselheiro, representante do pessoal não docente Pedro Paiva, que não apresentaram qualquer justificação.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Informações;

Ponto dois – Aprovação da ata da reunião anterior

Ponto três – Apreciação e aprovação do Relatório de Contas de Gerência de 2014

Ponto quatro – Apresentação e aprovação do relatório periódico do Plano Anual de Atividades

Ponto cinco – Aprovação do mapa de férias do Diretor

Ponto seis - Outros assuntos

O presidente deu início à reunião começando por agradecer a presença de todos

O Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes.

Voltou a verificar-se a falta do conselheiro Pedro Paiva sem que tenha apresentado qualquer justificação, pelo que se procederá à sua substituição, de acordo com o regulamento deste órgão.

O Presidente informou que se encontra constituída a Comissão Permanente com os seguintes membros: Albano Dinis, Luís Torgal (ou outro docente quando se tratem matérias específicas: financeiras, pedagógicas ou política educativa), Anabela Rodrigues, Ana Álvaro, Rui Almeida, Carlos Veiga, Eduarda Vaz e Graça Silva (ainda que sem indicação formal por parte da autarquia).

Foi enviado para a DGestE um ofício elaborado em sede de Comissão Permanente sobre a urgência em solucionar a questão do fibrocimento, tendo recebido a resposta de que a questão será resolvida logo que haja “disponibilidade financeira”. Um ofício sobre o mesmo assunto enviado pela APAS obteve a mesma resposta.

Face a este assunto foi deliberado assumir uma posição mais forte, no sentido de encontrar solução para o problema.

Foi estabelecido um contacto com o Comandante do Posto da GNR de Oliveira do Hospital havendo a registar a necessidade deste responsável (Senhor Sargento Cunha) se “inteirar melhor” da realidade Agrupamento.

Informou ainda que decorreu no passado dia 22 de abril, reunião do Conselho Municipal de Educação.

O presidente deu a palavra ao diretor que cumprimentou os presentes.

Informou que foi colocada por destacamento de gravidez de risco a Docente Sónia Madeira, que foi criada a Sala de Estudo (D1) para todos os discentes e sido reformulado o polivalente no Pavilhão A.

Relativamente aos Exames, informou que as Coordenadoras Gerais são as docentes Sónia Seco e Natália Amaral.

Informou também que foram colocadas, por execução de recurso hierárquico, no Agrupamento as docentes do Grupo de Recrutamento 350 Armandina Silva e Sandra Carvalheiro e a docente Elsa Lobo do Grupo de Recrutamento 100 por condições especiais. Relativamente à Rede Escolar, apresentou a previsão do número de turmas para o próximo ano letivo.

Referiu, também, a realização do Conselho Municipal de Educação no pretérito dia 22 de abril.

No que se refere às Provas Finais do 4º e 6º ano – 18 a 21 de maio, informou que os alunos dos 7.º e 8.º anos não terão atividades letivas nos dias 19 e 21.

Informou estar a decorrer uma Ação de Formação, dinamizada pela psicóloga Mafalda Rodrigues “Stressless – Educadores resilientes, Educandos resilientes”, início 3º período, 12 h, creditada.

Relativamente ao Desporto Escolar relevou a participação de 19 grupos/equipa sendo algumas disputam as fases Distritais e alguns alunos/as as fases Regionais.

Foi publicado o 1º número do jornal Mega5. O Diretor apelou à participação de todos, com trabalhos que possam ser integrados na próxima edição.

O representante dos Pais da Escola de Lagares da Beira, -- questionou sobre se haveria algum tema em especial, tendo-lhe sido respondido que poderão ser abordados os temas que se acharem pertinentes.

No âmbito do estipulado no ponto dois da ordem de trabalhos foi aprovada, por unanimidade a ata da reunião anterior.

Passou-se ao ponto três da ordem de trabalhos – Apreciação e Aprovação do Relatório de Contas de Gerência de 2014.

O Presidente referiu ter enviado relatório à Comissão Permanente para emissão de parecer e levantamento de questões para debate/esclarecimento.

Passou a palavra ao Diretor, que explicou que a Conta de Gerência é um documento composto por duas contas, a Conta dos Serviços de Ação Social e a Conta do Privativo, que depois de aprovado terá que ser enviado, até 30 de abril, à DGEstE e ao Tribunal de Contas. A seguir colocou-se disponível para responder a qualquer questão.

O Presidente deu os parabéns à Direção pela forma como geriu as verbas disponíveis.

O Diretor referiu ter noção da racionalização destas verbas. Se antes as cinco escolas recebiam cerca de cinquenta mil euros, com a constituição do Agrupamento essa verba caiu para metade.

Referiu a necessidade de reparações urgentes, nomeadamente a recente aquisição de uma nova caldeira para a Escola da Cordinha. Referiu também, uma intervenção a realizar, em parceria com a Associação de Pais, na zona do 1.º CEB, na Escola de Lagares, onde “chove como na rua”.

O Presidente alertou para se salvaguardar sempre o superior interesse dos alunos, que não poderão ser prejudicados por excessivos cortes de verbas.

No que se refere às visitas de estudo, informou que a Escola não as pode participar, lamentando que o Estado não tenha essa preocupação. Referiu que as verbas solicitadas para esse efeito, inscritas na Proposta de Orçamento, não foram aprovadas, ficando a rubrica a zero.

Sobre este assunto, o Diretor referiu que até dezembro de 2014 o estado atribuía a cada aluno subsidiado 20€, escalão A e 10€, escalão B para visitas de estudo. A partir de janeiro de 2015, deixaram de existir estes subsídios, limitando muitas famílias carenciadas. Admitiu que as visitas de estudo planeadas no PAA estão, atualmente a dificultar alguns agregados familiares.

O conselheiro Luís Torgal reforçou que na prática há alunos que não podem ir.

A conselheira Ana Álvaro admitiu que essa verba não faz falta apenas aos alunos subsidiados.

Já a conselheira Eugénia Andrade alertou para o facto Segurança Social estar a cortar cada vez mais, tornando-se, por isso cada vez mais difícil para os agregados familiares terem disponibilidade financeira.

O Conselheiro Luís Torgal deu o exemplo de uma viagem organizada inicialmente a 19€, que conseguiram baixar para 14€ e que, ainda assim houve alunos que não puderam ir e que explicaram porque não iam. Pensa se se devem organizar visitas, para uma espécie de elite, o que não deveria ser, já que é indiscutível a importância destas viagens, que podem ser muito mais importantes do que muitas aulas.

O Conselheiro Manuel Seixas referiu que, antigamente os alunos faziam pequenos eventos para angariar fundos, para que os alunos carenciados pudessem fazer visitas de estudo. Este procedimento também acontece na atualidade.

Na sua opinião do Conselheiro Carlos Veiga, que este tipo de questão não deveria ser colocada na apresentação de contas, já que a apreciação devia elogiar a forma como se geriu o pouco dinheiro disponível.

Considera, que se aprende mais numa visita de estudo do que num ano inteiro de aulas, no entanto é o primeiro sítio onde se corta. Conclui-se que é difícil fazer visitas de estudo por falta de dinheiro, pelo que tem que haver soluções que garantam o acesso de todos os alunos. Não se pode promover uma atividade escolar, sabendo-se, à partida que não será para todos.

O Diretor concordou, informando de que nos ex-agrupamentos as Direções disponibilizavam um plafond para ajudar a custear as visitas de estudo. Com o mega-agrupamento, mesmo o valor irrisório de 50€ por turma, é impossível de assumir. Considera, no entanto que terão de se equacionar cortes e considerar uma verba.

O conselheiro Luís Torgal apelou a uma denúncia junto da tutela, já que uma escola inclusiva não existe. Considera que se pode, a nível mais ou menos informal recolher fundos para as visitas, mas essa é uma responsabilidade da escola e não dos alunos.

O conselheiro Carlos Veiga questionou se igualdade resolve o problema, sugerindo que já que não se consegue promover a todos, porque não seleccionar um determinado ano de escolaridade, assegurando que um aluno possa vir a ser beneficiado no decurso da sua vida académica.

O Diretor referiu ser constrangedor para um professor/departamento, que no início do ano planeia uma visita de estudo, tendo um ou dois alunos que não possam ir.

A conselheira Susana concorda com a opinião do conselheiro Carlos Veiga, considerando uma visita de estudo, como uma estratégia para fins pedagógicos. Alertou para uma petição que anda na internet para a alteração das metas curriculares do 1.º CEB, considerando que, cada vez mais as crianças são alunos infelizes que não conseguem atingir os objetivos. O gosto por lecionar estava no gosto em ver querer aprender, coisa que não acontece porque os miúdos não gostam da escola. Ninguém consegue que uma criança de 6 anos aprenda uma fração abstrata. Referiu-se também às AECs, que foram criadas para serem uma espécie de “ATL” e que passaram a ser mais uma disciplina do currículo.

Passou a ser comum encontrar crianças com explicações no 2.º ano, contribuindo para escolas de elite de alunos com recursos para pagar. Referiu estar-se a trabalhar para números/estatísticas.... Está-se a caminhar para o insucesso.

O conselheiro Nuno Teixeira referiu que, efetivamente as explicações no 1.º CEB estão muito vulgarizadas e não ser esta a escola que se quer para os nossos alunos.

O Presidente referiu que as preocupações que derivam da Conta de Gerência, são bastante importantes e ricas, desejando que deste assunto se possa retirar algum produto.

Já o Diretor desejou que essa riqueza possa ser canalizada para as entidades competentes: não é só criar mega agrupamentos, é preciso começar a revoltar.

O conselheiro Nuno Teixeira acredita na defesa acesa da escola pública, considerando que está a entrar para dentro da escola pública a mercantilização do ensino. É necessária uma estrutura pública forte, que possibilite igualdade de circunstâncias. Tem que se começar a pôr no papel e assinar “Somos Contra”, fazendo sair das escolas as suas preocupações.

O conselheiro Rui Almeida considera que deve haver divulgação da mensagem, através dos canais que são escutados, nomeadamente o Conselho Nacional de Educação, a Associação de Diretores Escolares. Não se espanta com a perda de recursos, que vem no seguimento da coerência política: criação de megas agrupamentos, cortes de subsídios escolares.

Informou ter havido já reflexões na Associação de Pais relativas ao muito tempo que os miúdos estão na escola, trabalhos de casa, AECs a funcionarem muito mal ou com exigência absurda.

A conselheira Ana Álvaro referiu também o facto dos professores deixarem de dar as aulas para prepararem exames e alertou para o facto das finais do Desporto Escolar ocorrerem no fim de semana imediatamente anterior aos Exames Nacionais.

O Diretor explicou ainda que a maioria das escolas encerra nos dias 18 a 21 de maio. Considera que esses dias são fundamentais para os alunos dos 9.º, 11.º e 12.º ano, sendo complicado encerrar as escolas nessas datas.

O Presidente informou que este e outros temas que possam vir a surgir serão levados à comissão permanente para que possam ser remetidos a quem de direito.

O conselheiro Carlos Veiga sugeriu que o assunto fosse discutido na rua, em debate, aberto a todos, não sendo fraqueza a escola perguntar e querer ouvir outras pessoas. O Conselho Geral tem toda a legitimidade para perguntar que escola é que quer para os alunos.

Sugeriu que fossem organizadas questões abertas ao debate e que o resultado desse debate fosse elaborado um documento que espelhasse todas as conclusões.

O Diretor referiu, com satisfação o coloquio que decorreu na Caixa Agrícola, Escola Pública/Ensino Privado e que criou polémica.

A conta de gerência foi aprovada por unanimidade.

Foi aprovado por unanimidade o mapa de férias do Diretor.

Em relação à rede escolar, o conselheiro Mário Pinto questionou a vantagem de se manterem em funcionamento as escolas Travanca de Lagos e Meruge, já que têm os quatro anos dentro da mesma turma.

O Diretor respondeu que esta é uma questão polémica, já que quando se encerra uma escola, o encerramento é definitivo e a racionalização de custos não é visível. As escolas de Travanca de Lagos e Vila Franca serão ainda alvo de discussão, apesar de aprovadas em rede, por terem menos de 21 alunos.

A conselheira Ana Álvaro questionou a discrepância entre o número de turmas no 6.º e 7.º ano tendo o diretor referido que tal se deve ao número de alunos com NEE e congratulou-se

com a possível abertura das Ciências Socioeconómicas no próximo ano letivo, solicitando aos Diretores de Turma e Psicólogas que passem essa informação com rigor.

A conselheira Eugénia Andrade referiu algumas dificuldades verificadas no Ensino Artístico Articulado.

Relativamente aos Cursos Vocacionais, foi referido que as candidaturas estão desfasadas no tempo, no que se refere aos alunos para determinada área.

Foi aprovado por unanimidade o Relatório Periódico do PAA.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada ata, que após lida foi aprovada em minuta, sendo assinada pelo respetivo presidente e secretária.

O presidente da reunião

A secretária
